

# Demonstrativos da Gestão Contábil — Patrimonial e Financeira — Fundo Financeiro — Abril de 2018.



Relatórios da Gestão Contábil e Financeira do Rioprevidência, visando demonstrar a evolução patrimonial dos Ativos e Passivos, assim como, os ingressos de receitas e os dispêndios financeiros para o custeio das despesas correntes e previdenciárias.



# Relatório Contábil

2018  
Abril

Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro — Rioprevidência

Diretoria de Administração e  
Finanças

## Diretoria — Executiva

**Reges Moisés dos Santos**  
Diretor — Presidente

**Robson Leite de Albuquerque**  
Diretor de Administração e Finanças

**Maria Luísa Magalhães Barbosa**  
Diretor Jurídico

## Equipe Técnica - Gerência de Controladoria

**Milton Gusmão do Nascimento**  
Gerente de Controladoria

**Alexandre Anselmo Braga**  
Coordenador de Contabilidade

**Bruno Nunes de Souza**  
Coordenador de Gestão Tributária

**Eduardo Alfradique de Oliveira**  
Coordenador de Gestão de Folha

## Corpo Técnico:

**Alessandro Lopes Pimentel** — Assistente Previdenciário

**Christiane Bittencourt Ferreira** — Especialista Previdenciária

**Débora Nogueira G. dos Santos** — Especialista Previdenciária

**Jorge Luiz de Farias** - Contador

**José Carlos Mesquita Vidal** — Técnico Previdenciário

**Julio Guerra Duarte** — Assistente Previdenciário

**Ricardo Camara Cavalcante** — Assistente Previdenciário

**Ruth de Oliveira** — Especialista Previdenciário / Contador

## Estagiários:

**Juliana Lucas Barreto da Silva Palermo**

**Monik Bonifácio Meira Rufino**

**Raphaely da Silva Santos**

Gerência de Controladoria - GCO

## 1 - Análise do Cenário Contábil

Anteriormente, o cenário contábil caminhava basicamente em função da execução orçamentária, situação que durante muitos anos recebeu diversas críticas da doutrina e da classe contábil. Tal sistemática não refletia a real posição patrimonial, e, muito menos, oferecia subsídios concretos para a tomada de decisão.

Porém, este cenário vem sofrendo significativas transformações, principalmente após o início das implementações das **Convergências às Normas Internacionais de Contabilidade**, iniciadas no Brasil no início dos anos 2.000.

Precipuaente, o alcance das referidas harmonizações contábeis era somente a **contabilidade societária**, devido ao atual cenário de globalização que estas instituições vêm experimentando. Posteriormente a

### 2.1 - Previdência

A Previdência do servidor público do Estado do Rio de Janeiro é de responsabilidade do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro - Rioprevidência, Autarquia previdenciária na forma de Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, responsável pela **habilitação, administração e pagamento dos benefícios previdenciários**.

A obrigatoriedade de se manter o equilíbrio **financeiro e atuarial** é de extrema importância em se tratando de RPPS e tem sede constitucional. Diante deste fato, o equilíbrio financeiro é verificado com a observância do escopo financeiro - **receitas e despesas**.

Neste sentido, o Estado do Rio de Janeiro implantou dois novos modelos de gestão previdenciária, quais sejam, a **previdência complementar**<sup>1</sup> e a **segregação de massa**<sup>2</sup>.

Com a criação da previdência complementar o Rioprevidência paga os benefícios aos novos servidores do Estado até o limite do valor estabelecido como teto para pagamentos de benefícios no Regime Geral de Previdência Social – RGPS, ficando o novo órgão previdência complementar responsável pelo que exceder a este teto, sendo opcional o ingresso pelos novos servidores.

Já a segregação de massa, tem o objetivo equacionar o **déficit atuarial**, criando dois tipos de fundo, quais sejam, o Fundo Financeiro e o Fundo Previdenciário. No **Fundo Financeiro** permanecerão os servidores admitidos até o início do funcionamento do RJPREV, conforme art. 18 da Lei 6.338/2012 e, também, todos os militares. De outro lado, no **Fundo Previdenciário**, estarão os novos servidores ingressantes a partir do início do funcionamento do RJPREV, com exceção dos militares, que deverão compor o Fundo Financeiro.

Como se verá adiante, a maior parte das receitas desta Autarquia são oriundas dos **royalties do petróleo** e das **contribuições previdenciárias**.

Em relação às despesas, as **folhas de pagamento dos servidores inativos e pensionistas** são as maiores despesas da Autarquia.

estes processos de convergências, a **Contabilidade Aplicada ao Setor Público** foi incluída neste processo passando a integrar o rol de instituições que adotarão as novas normas de harmonização.

Neste contexto, a integral aplicação dos **Princípios Contábeis** será de observância obrigatória. O **Registro por Competência**, o **Teste de Recuperabilidade (impairment)** e a **Aplicação do Sistema de Custos** são alguns Princípios que a Gerência de Controladoria passará a adotar.

A partir desta nova sistemática, a Gerência de Controladoria do Rioprevidência vem empenhando grandes esforços na aplicação dessas novas técnicas contábeis objetivando fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões, visando a gerir com mais **eficiência e eficácia** os recursos que possibilitarão a **sustentabilidade** e o **equilíbrio financeiro e atuarial**.

Estes esforços (controle das receitas e despesas) têm como objetivo a garantia de que as receitas auferidas sejam suficientes para cobrir as despesas assumidas (equilíbrio financeiro).

Além dessas ações a Gerência de Controladoria vem contribuindo nesse processo com melhores práticas contábeis sob a supervisão da Contadoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.

### 2.2 - Contabilidade

A Contabilidade dos Regimes Próprios de Previdência Social está intrinsecamente ligada à **contabilidade aplicada ao setor público**, logo, torna-se obrigatória a observância e aplicação do estatuto financeiro – Lei 4.320/64, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, além de outras normas correlatas à Administração Financeira e Orçamentária.

Na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, utiliza-se o instituto do Orçamento Público. O mesmo não ocorre na contabilidade do setor privado, que é regida pela Lei 6.404/76 – Lei das S.A.

Em relação ao Orçamento Público, destacamos o ciclo da **execução orçamentária** (fixação das despesas e a realização das receitas), que são **procedimentos contábeis** que refletem, ainda em sua primeira fase, nas **demonstrações contábeis**.

Em termos mais didáticos, nota-se que tanto os procedimentos de execução orçamentária como os procedimentos contábeis ocorrem antes mesmo dos efetivos desembolsos financeiros (saída de recursos). Assim, observamos que adoção desta sistemática, em se tratando de dispêndio financeiro, resulta em **redução patrimonial em momento anterior a efetiva saída dos recursos financeiros**.

Não obstante, o Rioprevidência está sob jurisdição dos **órgãos de controle externo** (Contadoria Geral do Estado, Auditoria Geral do Estado e Tribunal de Contas do Estado), dos **órgãos de controle previdenciário** (Ministério da Previdência Social), dos **órgãos de controle interno** (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Gerência de Controle Interno e Auditoria), e também, de empresas de **Auditoria Externa**.

<sup>1</sup> Lei 6.243 de 21 de maio de 2012.

<sup>2</sup> Lei 6.338 de 06 de novembro de 2012.

### 3.1 - Composição do Ativo

Conforme determina o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 00, **Ativo** é um **recurso controlado pela entidade** como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam **futuros benefícios econômicos** para a entidade. Neste grupo registram-se os bens e direitos de que se tenha a propriedade ou os que estejam sob o controle da Autarquia, conforme o grau decrescente de liquidez.

Subdividido em **Ativo Circulante** e **Ativo não Circulante**, nestes grupos serão evidenciados as alterações patrimoniais durante o

exercício social (1º de janeiro a 31 de dezembro). Neste sentido, tomando como base o balanço atual, no Ativo Circulante figurarão os valores realizáveis no exercício social subsequente. De outra forma, no Ativo não Circulante estarão os bens de permanência duradoura e os necessários ao funcionamento da entidade.

Deste somatório, compõe-se o **Ativo Real** (somatório do Ativo Circulante e do Ativo não Circulante).

Composição Ativo Real – Abril 2018	31/12/2017	31/03/2018	30/04/2018	Var %
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>8.487.251.572,30</b>	<b>7.701.697.671,72</b>	<b>8.520.114.211,01</b>	<b>10,63</b>
<b>Disponível</b>				
Conta Movimento	110.785.789,69	109.398.459,60	113.562.002,06	3,81
Fundos de Investimentos	5.447.303,63	24.185.525,78	645.205.578,65	2.567,73
<b>Créditos de Curto Prazo</b>				
Créditos de transferências a receber	728.284.749,43	579.598.967,15	837.866.335,25	44,56
Créditos Tributários a Receber – Parcelamentos Administrativos ICMS	570.914.623,04	570.914.623,04	570.914.623,04	-
Saldo da Dívida Ativa	4.680.000,00	4.464.215,12	4.310.098,45	-3,45
Dívida Ativa – Curto Prazo	4.680.000,00	4.464.215,12	4.310.098,45	-3,45
(-) Provisão da Dívida Ativa	-	-	-	-
Responsáveis por Danos e Perdas <sup>3</sup>	67.345.065,96	69.323.389,09	69.323.389,09	-
Valores a Receber – FUNDES – Curto Prazo	7.579.320,49	28.976.766,75	36.886.223,49	27,30
Royalties do Petróleo – PEA	4.558.152.917,43	4.270.834.614,66	4.080.939.752,97	-4,45
Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagamento - Contr. Ativos	664.319.472,98	451.418.423,26	568.910.408,79	26,03
Aluguéis a Receber	10.705.545,66	12.571.165,62	12.570.254,53	-0,01
Valores a Receber do ERJ – Dívida Ativa – Determinação TCE nº 41	2.150.431.194,00	2.150.431.194,00	2.150.431.194,00	-
Outros Aj. p/ Perdas Créditos e Valor C. Prazo – Det. TCE nº 41	(2.150.431.194,00)	(2.150.431.194,00)	(2.150.431.194,00)	-
Valores a Receber do ERJ – BERJ	433.830.995,17	446.575.178,90	446.575.178,90	-
Indenizações e Restituições a Receber – Intra – Decreto n/ 46.115/2017	654.099.285,86	654.099.285,86	654.099.285,86	-
<b>Estoque</b>				
Almoxarifado	480.019,54	415.312,97	417.433,33	0,51
<b>Outros Créditos</b>				
Créditos p/ Compensação Previdenciária entre RPPS X RGPS	-	190.854.333,05	190.854.333,05	-
Outros Créditos de Curto Prazo	670.626.483,42	478.921.743,92	478.533.646,60	-0,08
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>129.608.376.875,60</b>	<b>129.600.362.271,15</b>	<b>129.562.533.394,38</b>	<b>-0,03</b>
<b>Crédito a Longo Prazo</b>				
Créditos Não Trib. em Processo de Inscrição	9.857.769,21	9.857.769,21	9.857.769,21	-
Crédito Tributário a Receber – Parcelamentos Administrativos – ICMS	1.421.754.617,94	1.421.754.617,94	1.421.754.617,94	-
<b>Saldo da Dívida Ativa</b>	<b>871.090.354,99</b>	<b>863.395.302,86</b>	<b>864.425.538,31</b>	<b>0,12</b>
Dívida Ativa – Longo Prazo	5.940.483.863,08	5.932.788.810,95	5.933.819.046,40	0,02
(-) Provisão da Dívida Ativa	(5.061.284.942,94)	(5.061.284.942,94)	(5.061.284.942,94)	-
(-) Compensação Precatórios Judiciais c/ Dívida Ativa	(8.108.565,15)	(8.108.565,15)	(8.108.565,15)	-
Royalties do Petróleo – PEA	126.205.646.843,77	126.205.646.843,77	126.205.646.843,77	-
Valores a Receber – FUNDES	725.684.866,61	726.192.477,47	687.603.208,04	-5,31
<b>Investimento</b>	<b>289.507.118,18</b>	<b>289.323.929,21</b>	<b>289.262.866,22</b>	<b>-0,02</b>
Imobiliários Rioprev.	291.160.994,58	291.160.994,58	291.160.994,58	-
Dep. Acumulada	(1.653.876,40)	(1.837.065,37)	(1.898.128,36)	3,32
<b>Imobilizado</b>				
Bens Móveis (Equipamentos, mobiliário, etc)	8.470.983,96	7.849.988,78	7.641.208,98	-2,66
Bens Imóveis	22.245.358,14	22.245.358,14	22.245.358,14	-
<b>Intangíveis</b>				
Bens Intangíveis	40.532.872,64	40.532.872,64	40.532.872,64	-
<b>Outros Créditos</b>				
Outros Créditos a Longo Prazo	13.586.090,16	13.563.111,13	13.563.111,13	-
<b>Total</b>	<b>138.095.628.447,90</b>	<b>137.302.059.942,87</b>	<b>138.082.647.605,39</b>	<b>0,57</b>

Fonte: SIAFE-Rio

Milton Gusmão do Nascimento  
Gerência de Controladoria  
Matr. 2742-5 – CRC/RJ 57974/O-5

Alexandre Anselmo Braga  
Coordenador de Contabilidade  
Matr. 100.045-4 – CRC/RJ 088133/O-4

Bruno Nunes de Souza  
Coordenador de Gestão Tributária  
Id 441746-4. – CRC/RJ 117337/O

Eduardo Alfradique de Oliveira  
Coordenador de Gestão de Folha  
Matr. 0081-0

<sup>3</sup> Responsáveis por Danos e Perdas – refere-se ao valor apurado pelo TCE-RJ, com relação à Inspeção Extraordinária sobre as operações com Títulos de emissão do Governo Federal, realizadas no exercício de 2002.

## ▪ .2 - Composição do Passivo

**E**m consonância com os preceitos do já mencionado Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 00, **Passivo** é uma **obrigação presente** da entidade, derivada de **eventos passados**, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos capazes de **gerar benefícios econômicos futuros**.

Assim, além do registro das **obrigações** de longo ou curto prazo (benefícios previdenciários, folha de pagamento, custeio e outras despesas), registram-se, também neste grupo, as **provisões matemáticas** (benefícios a conceder e as reservas matemáticas, dentre outros), e, ainda, o **déficit atuarial**. De forma semelhante ao grupo dos Ativos, o grupo do Passivo também será dividido em Circulante e não Circulante.

Deste agrupamento (Passivo Circulante mais Passivo não Circulante), resultará o **Passivo Real**.

Composição Passivo Real - Abril 2018	31/12/2017	31/03/2018	30/04/2018	Var %
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>5.733.306.932,99</b>	<b>5.370.268.963,73</b>	<b>5.340.883.286,31</b>	<b>-0,55</b>
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR</b>	<b>4.203.677.612,45</b>	<b>3.764.813.666,64</b>	<b>3.811.565.713,63</b>	<b>1,24</b>
Pessoal a Pagar	2.725.034.462,43	2.468.037.191,68	2.376.190.423,87	-3,72
Pessoal a Pagar - Saldos Migrados do SIAFEM	61.787.984,39	61.787.984,39	61.787.984,39	-
Precatórios e Sentenças Judicial - Pessoal	1.358.912,95	1.084.544,47	142.001.759,66	12.993,22
Pessoal a Pagar - INTRA OFSS	36.259,61	32.737,79	32.737,79	-
Pessoal a pagar – INTER OFSS	65.056,37	65.056,37	65.056,37	-
Benefícios Previdenciários a Pagar	1.409.391.996,71	1.227.674.818,46	1.225.165.835,45	-0,20
Encargos Sociais a Pagar	6.002.939,99	6.131.333,48	6.321.916,10	3,11
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>	<b>6.659.215,18</b>	<b>2.133.436,58</b>	<b>2.199.699,80</b>	<b>3,11</b>
Fornecedores e Credores	6.658.791,09	2.133.012,49	2.199.275,71	3,11
Sentenças Judiciais	424,09	424,09	424,09	-
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO</b>	<b>84.090.701,55</b>	<b>81.109.315,66</b>	<b>81.109.315,66</b>	<b>-</b>
PIS/PASEP a Recolher / IRPJ a Recolher	-	-	-	-
Tributos Federais Renegociados – PASEP	84.090.701,55	81.109.315,66	81.109.315,66	-
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS ESTADOS</b>	<b>29.447.211,33</b>	<b>29.357.559,75</b>	<b>29.315.115,39</b>	<b>-0,14</b>
Contribuições a Compensar	29.447.211,33	29.357.559,75	29.315.115,39	-0,14
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS</b>	<b>0,03</b>	<b>0,03</b>	<b>0,03</b>	<b>-</b>
ISS a Recolher	-	-	-	-
IPTU/TLP a Recolher	0,03	0,03	0,03	-
<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>	<b>1.409.432.192,45</b>	<b>1.492.854.985,07</b>	<b>1.416.693.441,80</b>	<b>-5,10</b>
Consignações	1.362.046.339,64	1.445.024.772,70	1.372.545.784,80	-5,02
Depósitos Não Judiciais	32.883.817,44	33.644.824,78	29.966.010,16	-10,93
Outros Valores Restituíveis	2.432.513,63	2.432.513,63	2.432.518,88	-
Outras Obrigações a Pagar	19.104,96	22.850,96	19.104,96	-16,39
Obrigações Intragovernamentais	12.050.416,78	11.730.023,00	11.730.023,00	-
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>120.398.843.395,75</b>	<b>138.761.711.250,96</b>	<b>138.633.202.514,62</b>	<b>-0,09</b>
<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS A PAGAR</b>	<b>534.299.948,07</b>	<b>534.299.948,07</b>	<b>405.791.211,73</b>	<b>-24,05</b>
Precatório TJ - Pessoal	534.269.876,51	534.269.876,51	405.761.140,17	-24,05
Precatórios TJ - Fornecedores e Credores	30.071,56	30.071,56	30.071,56	-
<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO COM A UNIÃO</b>	<b>131.782.854,99</b>	<b>131.782.854,99</b>	<b>131.782.854,99</b>	<b>-</b>
Tributos Federais Renegoc	131.782.854,99	131.782.854,99	131.782.854,99	-
<b>PROVISÕES A LONGO PRAZO</b>	<b>119.732.760.592,69</b>	<b>138.095.628.447,90</b>	<b>138.095.628.447,90</b>	<b>-</b>
Provisões Matemáticas	119.732.760.592,69	138.095.628.447,90	138.095.628.447,90	-
Benefícios Concedidos	308.224.783.576,85	331.162.708.149,97	331.162.708.149,97	-
Benefícios a Conceder	380.119.944.543,51	445.432.912.814,28	445.432.912.814,28	-
Reservas a Amortizar	(5.511.798.160,81)	(6.316.550.667,42)	(6.316.550.667,42)	-
Cobertura Insufic. Financ. - Benef. Concedidos	(252.278.174.132,40)	(270.011.307.925,73)	(270.011.307.925,73)	-
Cobertura Insufic. Financ. - Benef. A Conceder	(310.821.995.234,46)	(362.172.133.923,20)	(362.172.133.923,20)	-
<b>Resultado Diferido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.963.478.119,16</b>	<b>(6.829.920.271,82)</b>	<b>(5.891.438.195,54)</b>	<b>-13,74</b>
<b>Patrimônio Social e Capital Social</b>	<b>(37.631.750.447,65)</b>	<b>(37.631.750.447,65)</b>	<b>(37.631.750.447,65)</b>	<b>-</b>
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>49.595.228.566,81</b>	<b>30.801.830.175,83</b>	<b>31.740.312.252,11</b>	<b>3,05</b>
Resultado do Exercício	18.895.169.737,82	(422.459.441,08)	1.327.512.798,46	-14,23
Resultado de Exercícios Anteriores	81.886.474.887,66	49.595.228.566,81	49.595.228.566,81	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	(51.186.416.058,67)	(18.370.938.949,90)	(19.182.429.113,16)	4,42
<b>Total</b>	<b>138.095.628.447,90</b>	<b>137.302.059.942,87</b>	<b>138.082.647.605,39</b>	<b>0,57</b>

Fonte: SIAFE RIO

Nota 1 – Sentenças Judiciais (precatórios) conforme EC Nº 62/2009.

Milton Gusmão do Nascimento  
Gerência de Controladoria  
Matr. 2742-5 – CRC/RJ 57974/O-5

Alexandre Anselmo Braga  
Coordenador de Contabilidade  
Matr. 100.045-4 – CRC/RJ 088133/O-4

Bruno Nunes de Souza  
Coordenador de Gestão Tributária  
Id 441746-4 – CRC/RJ 1173337/O

Eduardo Alfradique de Oliveira  
Coordenador de Gestão de Folha  
Matr. 0081-0

## 4. Demonstrativos

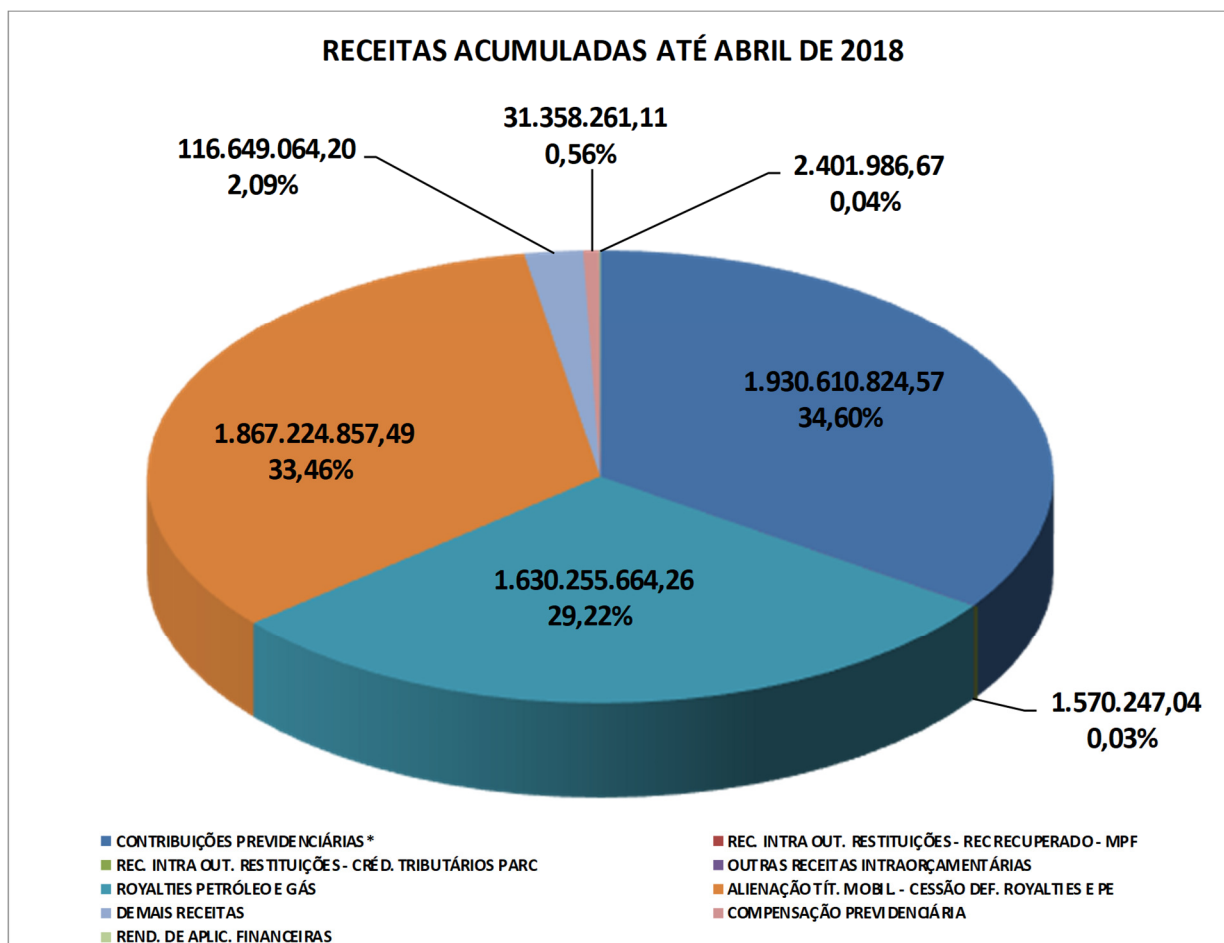
### Receitas & Despesas

#### 4.1 – Receitas Realizadas

Referem-se aos montantes das receitas arrecadadas até o mês Abril de 2018 pelo Rioprevidência, e que foram incorporados ao patrimônio do Fundo. Posteriormente, as mesmas são utilizadas no custeio das despesas previdenciárias e administrativas.

RECEITAS REALIZADAS 2018	R\$
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>ARRECADADO</b>
Contribuições Previdenciárias*	1.930.610.824,57
<b>Receita Intra/Outr Rest – Rec. Recuperado MPF</b>	-
Receita Intra/Outr Rest – Cred. Tributários Parcelados	-
<b>Outras Receitas Intraorçamentárias</b>	1.570.247,04
Royalties Petróleo e Gás	1.630.255.664,26
<b>Alienação Tít. Mobil. – Cessão Def. Royalties e Part. Especial</b>	1.867.224.857,49
Demais Receitas <sup>6</sup>	116.649.064,20
<b>Compensação Previdenciária</b>	<b>31.358.261,11</b>
Rendimentos com Aplicações Financeiras	2.401.986,67
<b>TOTAL DAS RECEITAS – R\$</b>	<b>5.580.070.905,34</b>

\* É composta pelo somatório das contribuições previdenciárias dos servidores ativos, inativos, pensionistas e pela contribuição patronal.



Fonte: Gerência de Controladoria

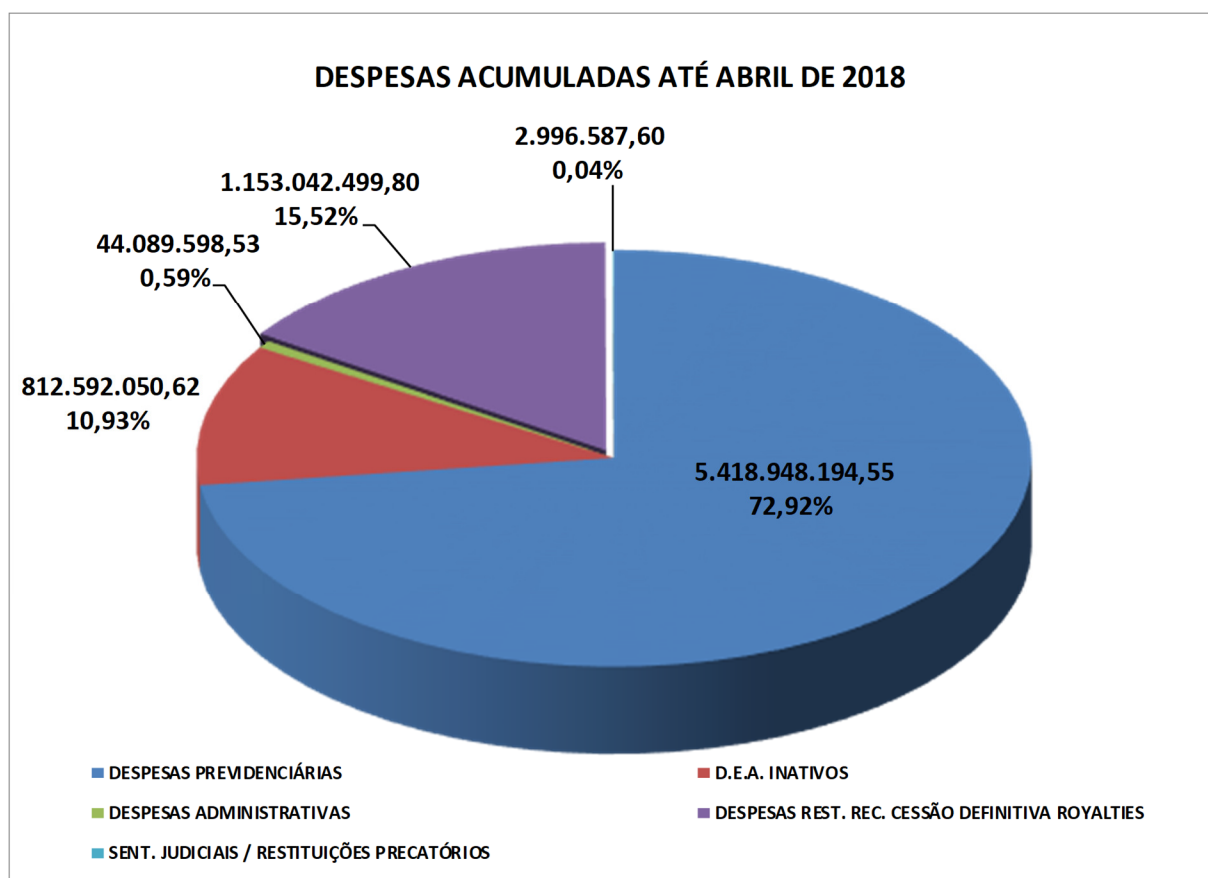
## 4.2 – Despesas Liquidadas

Apresentam-se as despesas orçamentárias liquidadas no exercício e consolidadas até o mês de Abril de 2018. São discriminadas, basicamente, em dois grandes grupos:

**1º grupo - Caráter Previdenciário** - São as despesas relativas aos inativos e pensionistas dos Poderes: Executivo, Judiciário, Legislativo, Tribunal de Contas do Estado e do Ministério Público; e,

**2º grupo - Caráter Administrativo** – São as despesas referentes ao custeio da Autarquia.

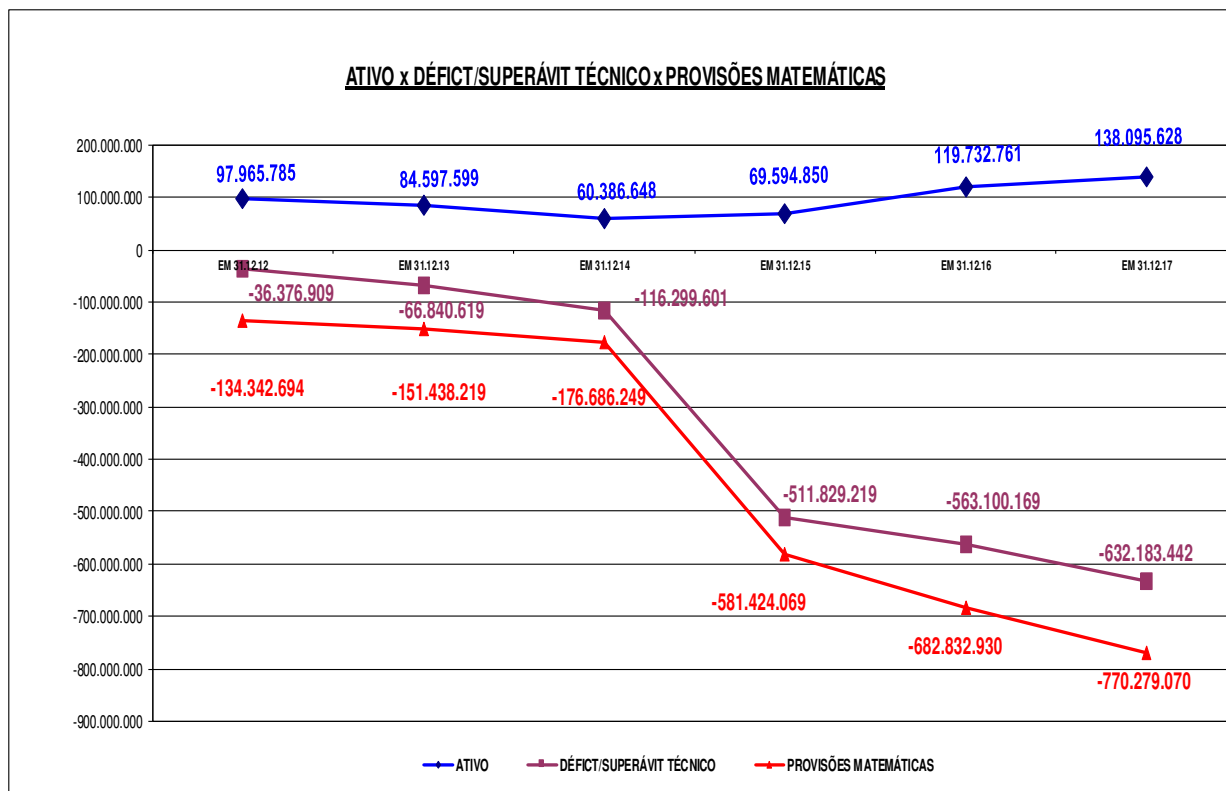
DESPESAS LIQUIDADAS 2018		R\$
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		LIQUIDADAS
Com Inativos		4.105.340.090,95
13º Salário de Inativos		-
Com Pensionistas		1.313.608.103,60
13º Salário de Pensionistas		-
Despesas de Exercícios Anteriores		812.592.050,62
-----		
Pessoal Próprio e Encargos Sociais		12.836.067,86
Despesas de Custeio Diversas		31.247.616,52
Despesas de Exercícios Anteriores		327,15
Capital – Aquisições de Bens		-
Restituição de Receitas de com Cessão Definitiva de Royalties		1.153.042.499,80
Restos a Pagar Não Processados		-
-----		
<b>Despesas Previdenciárias</b>		<b>5.418.948.194,55</b>
<b>D.E.A. Inativos / Pensionistas</b>		<b>812.592.050,62</b>
<b>Despesas Administrativas</b>		<b>44.089.598,53</b>
<b>Despesas Rest. Rec. Cessão Definitiva Royalties</b>		<b>1.153.042.499,80</b>
<b>Sent. Judiciais / Restituições de Precatórios</b>		<b>2.996.587,60</b>
<b>TOTAL DAS DESPESAS – R\$</b>		<b>7.431.668.931,10</b>



▪ **5 – Reservas Matemáticas**

Discriminação	Valores
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (aposentados)	-R\$ 260.666.924.314,20
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (aposentados)	R\$ 9.188.278.510,12
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros (pensionistas)	-R\$ 83.698.013.065,65
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (pensionistas)	R\$ 4.013.950.719,76
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras (Ente)	R\$ -
(+) Compensação Previdenciária	R\$ 2.169.499.105,49
<b>Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMB - Concedido)</b>	<b>-R\$ 328.993.209.044,48</b>
(-) Valor Presente dos Benefícios Futuros	-R\$ 658.262.152.687,51
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras - Serv. Ativos	R\$ 69.309.681.741,90
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras - Serv. Apos. e Pensionistas	R\$ 4.900.194.647,54
(+) Valor Presente das Contribuições Futuras - Ente Sobre Ativos	R\$ 138.619.363.483,79
(+) Compensação Previdenciária	R\$ 4.147.051.561,93
<b>Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMB a Conceder)</b>	<b>-R\$ 441.285.861.252,35</b>
(-) Reserva Matemática de Benefícios Concedidos (RMBC)	-R\$ 328.993.209.044,48
(-) Reserva Matemática de Benefícios a Conceder (RMBaC)	-R\$ 441.285.861.252,35
<b>Reservas Matemáticas (RMBaC + RMBC)</b>	<b>-R\$ 770.279.070.296,83</b>
(+) Ativo do Plano	R\$ 138.095.628.447,90
(+) Outros Créditos	R\$ -
<b>Déficit Técnico Atuarial</b>	<b>-R\$ 632.183.441.848,93</b>

▪ **5.1 – Gráfico Evolução do Ativo x Déficit Previdenciário**





**ATIVO** - Corresponde a totalidade de bens e direitos que representam os valores que compõem o Ativo Circulante, o Ativo Realizável a Longo Prazo e o Ativo Permanente do Balanço Patrimonial do Rioprevidência.

**DÉFICIT TÉCNICO** – Necessidade de financiamento do setor público a fim de garantir a cobertura financeira dos benefícios previdenciários.

**PROVISÕES MATEMÁTICAS** - Representam a expressão monetária dos compromissos assegurados pelo plano de benefícios aos seus participantes e beneficiários.

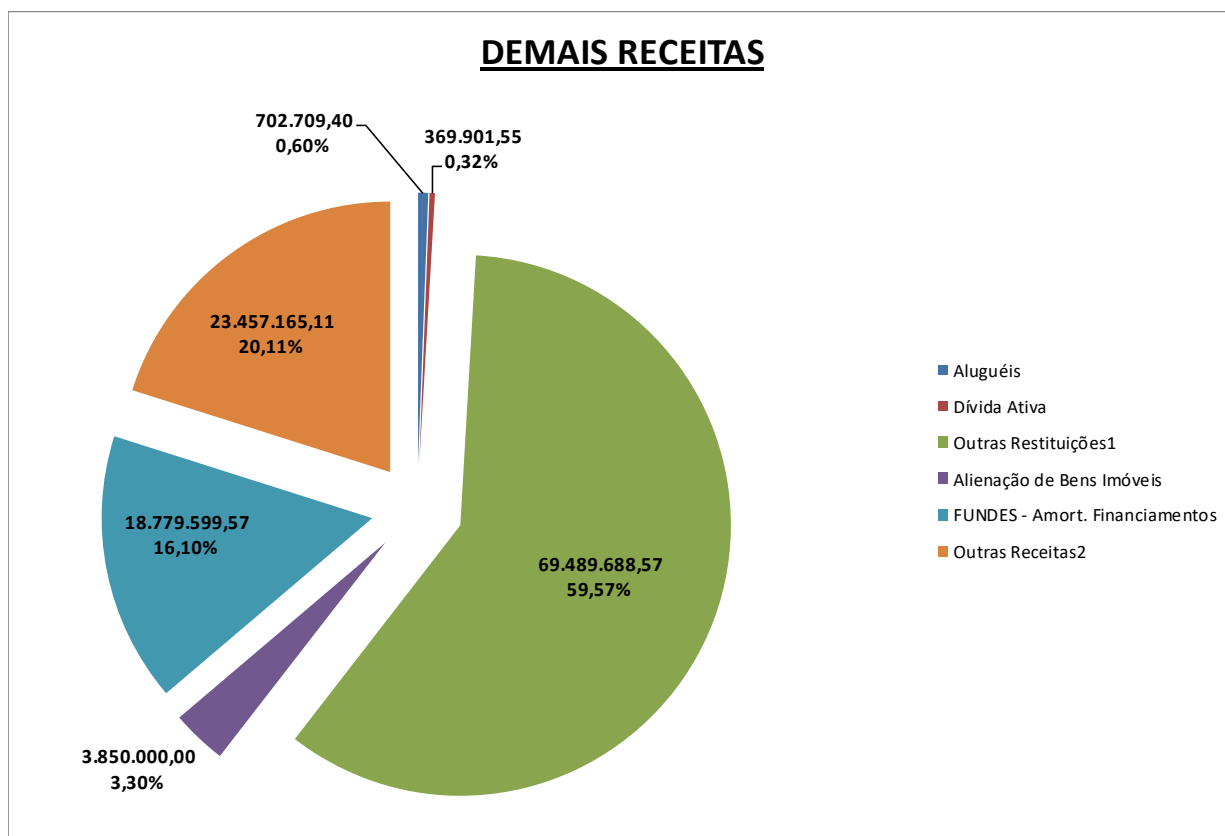
As Provisões Matemáticas estão segmentadas em dois grupos de assistidos: **Benefícios Concedidos** e os **Benefícios a Concede**

## 6.0 – DEMAIS RECEITAS

DEMAIS RECEITAS	
Aluguéis	702.709,40
Dívida Ativa	369.901,55
Outras Restituições <sup>1</sup>	69.489.688,57
Alienação de Bens Imóveis	3.850.000,00
FUNDES - Amort. Financiamentos	18.779.599,57
Outras Receitas <sup>2</sup>	23.457.165,11
	<b>116.649.064,20</b>

A rubrica Outras Restituições<sup>1</sup> são oriundas a Depósitos realizados por servidores referentes a pagamentos indevidos, ressarcimento de servidores a disposição de outros órgãos, assim como depósitos da PGE, DPGE para pagamento das folhas de inativos.

Contudo, quanto as Outras Receitas<sup>2</sup> são Depósitos realizados sem identificação do depositante, depósitos de contribuições previdenciárias sem a correta contabilização (Rotina Contábil SUNOT/CGE) e depósitos DETRAN Lei nº 7391/2016 Multas/Juros Mora da Contribuição Patronal para o RPPS.



## 6.1 - DÍVIDA ATIVA

Este ativo corresponde ao saldo líquido do direito denominado “*Dívida Ativa do ERJ*”. Até o exercício de 2011, o cálculo da provisão era realizado anualmente, sendo, a partir de 2012, realizado o cálculo mensal da provisão, com base nos Quadros Demonstrativos do Estoque enviados pelo PRODERJ, observando-se o *MANUAL DE PROCEDIMENTO DA DÍVIDA ATIVA* elaborado pela Contadoria-Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Cabe ressaltar que em dezembro de 2012, foi publicado o Decreto n° 40.066, de 27 de dezembro de 2012, anulando o Decreto N° 37.050, de 10 de março de 2005. Este Decreto n° 37.050 havia incorporado a Dívida Ativa (os créditos tributários e os não tributários, inscritos até a data da publicação do Decreto, assim como, os novos créditos inscritos em Dívida Ativa pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias e Fundações ou

recursos advindos da respectiva liquidação) ao Patrimônio do Rioprevidência.

Sendo assim, a partir do exercício de 2013, a Autarquia só receberá os créditos inscritos até 1997, conforme a Lei N° 3.189, de 22 de fevereiro de 1999.

É importante salientar que os saldos do estoque da Dívida Ativa referentes ao exercício de 2017 foram contabilizados integralmente em época oportuna em virtude do encaminhamento tempestivo a este Rioprevidência dos relatórios gerais do estoque da dívida ativa, observando-se a Nota Técnica RIOPREV/GOP N° 013/2018, elaborada pela Gerência de Operações e Planejamento.

## 6.2 – PASSIVO CIRCULANTE / Demais Obrigações a CP - Obrigações Intragovernamentais:

Trata-se das obrigações do Rioprevidência com o Tesouro Estadual, que compreendem os precatórios judiciais, cujos pagamentos foram realizados através da conta

bancária especial vinculada de titularidade do Tesouro Estadual, registradas contabilmente na conta 21892.00.00.

## 6.3 – ATIVO CIRCULANTE – Caixa e Equivalente de Caixa - Banco Conta Movimento:

Os saldos apresentados na conta contábil 11111.19.02 – BANCO BRADESCO S/A constante na composição do Ativo Real em “Disponível Conta Movimento” não está contemplando os pagamentos de folhas de inativos e pensionistas realizados através de arresto. Contudo, os valores

evidenciados no “Banco Conta Movimento” não discriminados nos extratos bancários das contas correntes do Plano Financeiro, estão reconhecidos em conciliação bancária nas contas correntes adequadas.

## 6.4 – ATIVO CIRCULANTE – Outros Créditos a Curto Prazo:

Os saldos apresentados na conta contábil 11381.02.00 – VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS constante na composição do Ativo Real estão incluídos os Aportes de Recursos

para Regularização de Pagamentos – Mandado de Arresto, que serão realizados pelo Tesouro do Estado.

## 6.5 – SIAFE RIO:

Com a entrada em operação do novo Sistema de Gestão Financeira, Orçamentária e Contábil do Estado do Rio de Janeiro – SIAFE-RIO no exercício de 2016, alguns

registros estão sendo objetos de análise pela Superintendência de Normas Técnicas – SUNOT da Contadoria Geral do Estado – CGE, em face das demandas apresentadas pelo Rioprevidência..

## 6.6– REAVALIAÇÃO – PROVISÕES MATEMÁTICAS:

Os valores registrados, são determinados através de avaliação atuarial externa, executada pela Caixa Econômica Federal. O cálculo da avaliação atuarial tem por objetivo dimensionar os compromissos do Plano de Benefícios e estabelecer o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.

Evento Subsequente:

A Nota Técnica Atuarial da reavaliação do montante das Provisões Matemáticas Previdenciárias do Estado do Rio de Janeiro para o Exercício de 2018 (Calendário 2017) teve reconhecimento realizado no exercício de 2018, através do documento 2018NP00223.

## 6.7 – PADRONIZAÇÃO CONTÁBIL:

As demonstrações contábeis do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência, são elaboradas e divulgadas de acordo

com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), observando as normas de contabilidade específica para o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.